

## O Brasil voando às cegas

**Crise de energia, água, desemprego e recessão. O que mais pode aguentar um cidadão?**

páginas 3 a 8

**A** crise energética que está infernizando a vida das famílias brasileiras, que se vêem proibidas de utilizar freezers, microondas, máquinas de lavar roupa etc., sob o risco de serem penalizadas com sobretaxas de tarifas, trouxe a grande vantagem de fazer com que a sociedade nacional pare para pensar no modelo econômico em vigor. E no risco de que esta crise de fundo ambiental seja apenas a primeira de uma série, onde a recessão e o desemprego, além do aumento das tarifas dos serviços, se reflitam ainda mais na qualidade de vida do brasileiro. Paralela à questão energética, lado a lado à síndrome do apagão, os brasileiros vivem o medo de novas privatizações no setor de Energia e no de Saneamento Básico. Enquanto isso, no Planalto, FHC, tranquilo, anuncia que a próxima crise é a de abastecimento de água. No resto do país, a grande maioria da população sequer tem a informação de que paga às distribuidoras de energia elétrica um custo absurdo pelos serviços que recebem – uma das tarifas mais caras do mundo. Mais do que pagam os consumidores da França, Canadá e EEUU, entre outros países. A conta é de fazer chorar! Enquanto a empresa geradora vende o megawatt a R\$ 40,00 à distribuidora – a maior parte empresas internacionais – estas revendem ao consumidor brasileiro a R\$ 200,00. E pior: este preço deve aumentar.

### ... ENQUANTO ISSO, NA CEDAE, A DANÇA DAS CADEIRAS CONTINUA

O próximo número do Jornal da ASEAC vai fazer nova análise sobre a “dança das cadeiras” na CEDAE - que vem impedindo efetivamente a reestruturação da empresa. Além disso, deverá tratar também do projeto de lei federal 4147, em tramitação no Congresso Nacional, que retira das prefeituras o poder concedente dos serviços de Saneamento. Se aprovada, esta lei vai facilitar o projeto de FHC de privatizar as estatais do setor.



Associação dos Empregados de  
 Nível Universitário da CEDAE

Rua Sacadura Cabral, 120, Grupo  
 1004, Centro Rio de Janeiro - RJ  
 Telefone: 263-6240  
 Telefax: 253-7482  
 Internet: aseac1@ism.com.br  
 Home Page: aseac.com.br

**DIRETORIA EXECUTIVA**

**Diretor Presidente**

Dario Mondego

**Diretor Vice-presidente**

Paulino Cabral da Silva

**Diretor Administrativo**

Júlio César Oliveira Antunes

**Diretor Financeiro**

Edson Reis da Silva

**Diretor de Comunicação**

Flávio José Soares de Moura

**Diretor Técnico**

Claudino Victor R. E. Santo

**Diretor Social**

César Lima da Graça

**Diretor Jurídico**

Aloysio Gomes Feital Filho

**Diretor Adjunto**

Flávio de Carvalho Filho

**CONSELHO DIRETOR**

**Representante dos  
 Administradores**

Luziete Francisca da Silva

**Advogados**

Sueli Kolling Turano

**Aposentados**

Maria Christina Piragibe

Maria Carmem M. Almeida

Nelson Martins Portugal

Armando Costa Vieira

Edison Bittencourt Rosa

**Arquitetos**

Marilusa de Andrade da Fonseca

**Sócios Aspirantes**

Wagner Gonçalves Mondego

**Demais Categorias**

Antonio Bastos de Oliveira

**Economistas**

Firmino Gustavo Gameleira

**Engenheiros**

Daisy Cristina de A. Menezes

Sidney do Valle Costa

Sidney Werneck dos Santos

**CONSELHEIROS NATOS**

Antônio Inácio da Silveira, Walnyr

Bitencourt de Oliveira, Emy

Guimarães de Lemos, João Carlos

do Rego Pinto, Renato Lima do

Espírito Santo e Carlos Henrique

Soares de Menezes e Jaime Dutra

Noronha.

**CONSELHO FISCAL**

**Efetivos:** Aloísio Souza da Silva,

José Alberto Burd e Gerson Pereira

L. Nascimento. **Suplentes:** Antônio

Bastos de Oliveira, Jorge Rodrigues

Leitão e Leon Ambram

**Jornalista Responsável**

Anne Sampaio

MTB: 13.773 / RJ

**Design Gráfico**

J. Paulo

Edição de Maio/Junho de 2001

Tiragem: 2.000 exemplares

**Defesa do saneamento**

# Cultura da dominação

## FMI, a Companhia das Índias do neoliberalismo

No século XVI, quando os europeus invadiram o território que mais tarde seria chamado Brasil, encontraram culturas diferentes, que tinham entre seus valores o respeito à experiência dos mais velhos. Era uma cultura pré-histórica e, portanto, sem escrita. Aos anciãos, cabia guardar e repassar aos mais jovens a história das diversas nações indígenas que aqui habitavam.

Assim, a cada final de tarde, quando o sol se recolhia, a tribo se reunia em torno de uma fogueira, no pátio da aldeia, para ouvir os anciãos falar sobre grandes batalhas, heróis míticos e feitos de guerreiros fortes e valentes – que se atreviam a lutar com a onça pintada.

Os anciãos formavam um Conselho que opinava sobre todas as decisões que envolvesse a tribo. Aliás, culturas mais adiantadas, como a dos gregos, também cultuavam o saber dos mais velhos. E cidades-estado – como Atenas e Esparta – mantinham Conselhos de Anciãos com as mesmas características dos que funcionavam nas aldeias dos nossos indígenas.

Mas, voltando ao Brasil, os europeus precisavam dominar o território invadido e uma de suas dificuldades era o conhecimento, a experiência acumulada dos anciãos – que começaram a desconfiar que aqueles estrangeiros não haviam sido enviadas pela Grande Mãe para lhes trazer um conhecimento maior. Logo, urgia acabar com a influência deles entre os mais jovens e o restante da tribo.

A grande estratégia definida pela Companhia das Índias, que nos en-

vergonha e até hoje é abolida dos livros de história, foi promover a man-tança de todos os anciãos.

Bom, vocês devem estar se perguntando o que toda essa reminiscência histórica está fazendo no Jornal da ASEAC? E o que tem a ver com a CEDAE?

A resposta é simples. No século XVI, o capital internacional se utilizou da Companhia de Jesus para desenvolver a estratégia de ocupação do território brasileiro. Hoje, este mesmo capital se utiliza do Fundo Monetário Internacional – FMI – para assumir as empresas públicas estatais de nosso País, responsáveis por setores estratégicos, como os de telefonia, energia, Saneamento etc.

E a CEDAE não é exceção; assim como outras empresas públicas vem sofrendo um processo de desmonte, que trouxe como consequência a sua desestruturação e a queda da qualidade dos serviços prestados à população. Para que isto se concretizasse, uma das estratégias utilizadas foi a de “acabar com a memória da Empresa”, dando incentivos para que os empregados mais antigos se aposentassem sem ter a oportunidade de transmitir a experiência e conhecimentos acumulados, pois há anos não se faz um concurso para a contratação de novos técnicos.

Logo, parte do conhecimento da CEDAE, que já foi referência nacional, está sendo desperdiçado. A ASEAC quer capitalizar este saber, evitar que ele se perca ou seja mal utilizado, colocado à disposição do lucro das empresas estrangeiras. Este conhecimento é fundamen-

**A ASEAC é a  
 tribuna, o fórum  
 em torno do qual  
 devemos nos unir  
 para defender o  
 Saneamento  
 Público, a CEDAE  
 e o nosso país.**

tal para encontrar soluções para a crise de abastecimento que se prenuncia no Rio de Janeiro, consequência do abandono de nossa maior – e hoje única – fonte de abastecimento: o rio Paraíba do Sul.

Defendendo a Prece, defendendo a CEDAE – enfim, defendendo a gestão pública do Saneamento – a ASEAC tem demonstrado a sua capacidade de intervir e resolver problemas. Precisamos todos – técnicos aposentados e da ativa – assumir que a nossa Associação é a tribuna, o fórum em torno do qual devemos nos unir para defender o Saneamento Público, a CEDAE e o nosso país.

### Nota da Redação

O secretário de Transportes do Estado, Albuino Azeredo, enviou um fax à ASEAC, através de seu assessor Roberto Andrade, onde contesta as colocações da presidente da Associação de Moradores de Botafogo, Regina Chiaradia, publicadas no último jornal da ASEAC. O documento traz um currículo do Sr. Albuino Azeredo, informando que, além de governador do Espírito Santo, ele gerenciou empresas do porte da Vale do Rio Doce e é

professor de Engenharia da UFRJ. “Cremos que esses dados bastem para demonstrar à Sra. Regina Chiaradia a capacidade administrativa e de gerenciamento do Secretário Albuino Azeredo. Entretanto, gostaríamos de lembrar ainda que foi o Dr. Albuino Azeredo que implantou, nos moldes em funciona atualmente, todo o sistema de transporte coletivo da Grande Vitória – um exemplo em todo o Brasil” – conclui o documento.

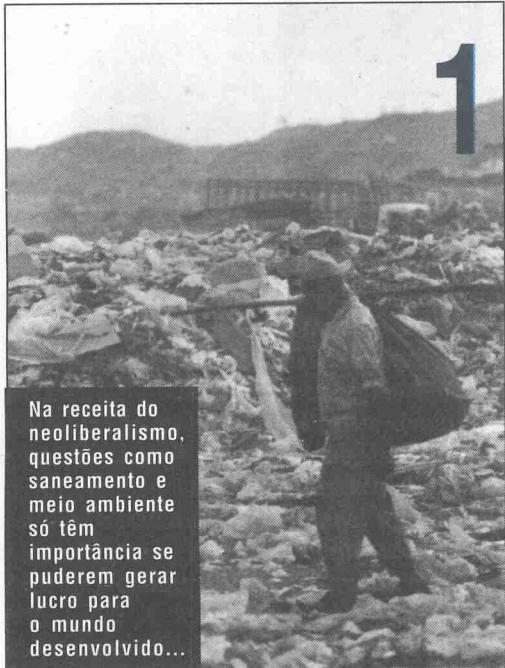
**Polêmica na área  
 de transportes  
 leva secretário a  
 reagir a críticas  
 da população da  
 Zona Sul**



# Uma crise fabricada

**Racionamento é apenas a 'ponta do iceberg' no Brasil do apagão**

Fotos de Arquivo



Na receita do neoliberalismo, questões como saneamento e meio ambiente só têm importância se puderem gerar lucro para o mundo desenvolvido...

O modelo econômico neoliberal pouca ou nenhuma atenção dá efetivamente à questão ambiental. Questões como a destruição da camada de ozônio, efeito estufa, el niño ou mesmo la niña e as mudanças climáticas provocadas por todos estes fenômenos ficam apenas nas discussões teóricas. O grande mentor deste modelo, os Estados Unidos e os seus tentáculos internacionais - o Fundo Monetário Internacional - FMI - e os Bancos Mundial - BIRD - e Interamericano - BID - falam, falam mas ainda não incorporaram o item ambiental no planejamento das ações deste modelo excludente e suicida.

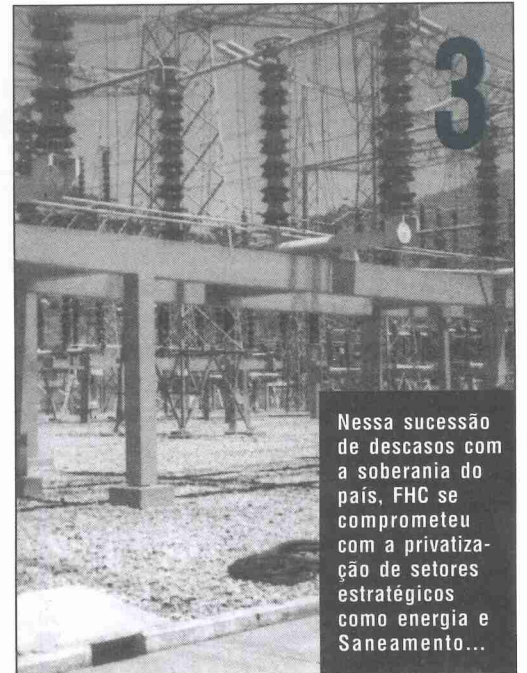
No Brasil, os resultados são nefastos e se manifestam através da destruição crescente de nossas florestas e recursos hídricos. Vivemos hoje uma crise nacional de energia, que prenuncia uma outra ainda mais grave - a de abastecimento de água. As duas principais cidades brasileiras - São Paulo e Rio de Janeiro - têm suas principais fontes de abastecimento poluídas, assoreadas e sofrem com despejos de lixo orgânico e químico, além da ocupação desordenada do solo. E o que o Poder Público faz? Ignora o problema e anuncia a sua intenção de privatizar as estatais do Setor, que, em menos de meio século, pouco ou nada vão representar, pois os mananciais dos quais elas tiram sua matéria prima - a água - podem estar mortos.

A privatização de algumas estatais do setor elétrico demonstraram

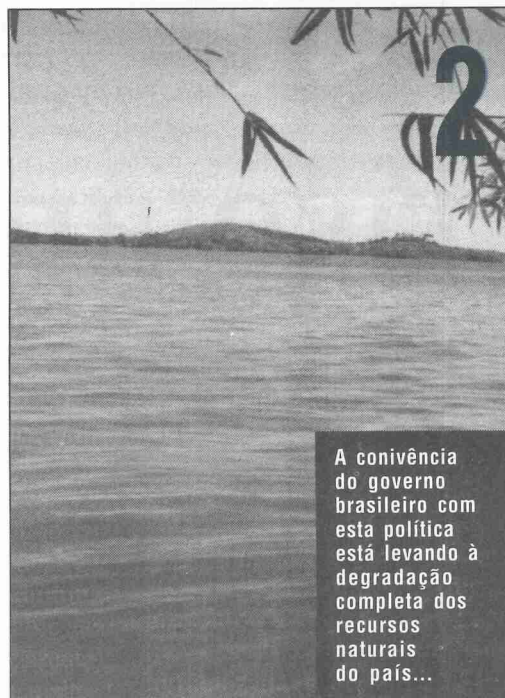
o risco que o país corre. Tivemos demissões em massa, aumento de tarifas e queda da qualidade dos serviços. A análise dessas privatizações e da atual crise energética acentua ainda mais o risco de se privatizar as empresas de Saneamento.

Aliás, segundo a avaliação de alguns técnicos, a atual crise energética foi provocada para atender os interesses do governo FHC, que insiste na venda do Sistema Eletrobrás (80% do sistema ainda está nas mãos do Estado) e em atender os interesses do capital internacional - que resolveu substituir a matriz energética nacional - hoje baseada nas hidrelétricas - por termelétricas, que têm um custo de produção bem mais caro, pois os seus insumos - gás e carvão - são cotados em dólar. Uma mudança radical na política energética do país, da qual o presidente FHC se orgulha publicamente de ser o mentor e executor.

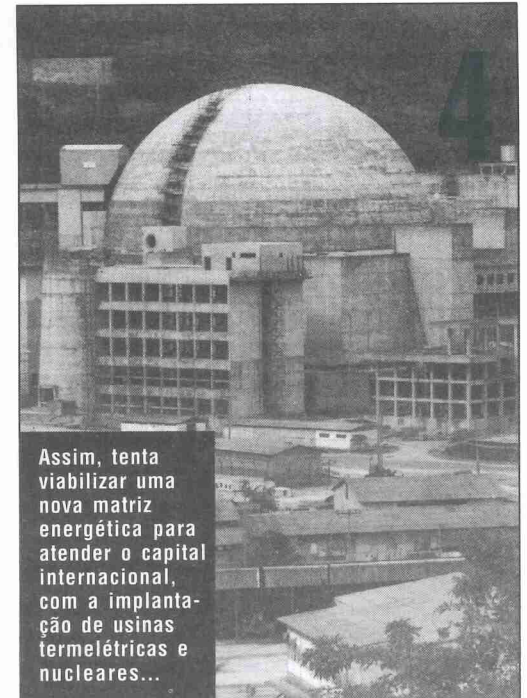
Logo, nada melhor do que reduzir os investimentos no Setor de Energia e gerar uma crise para elevar as tarifas das hidrelétricas, viabilizando os investimentos nas termelétricas. Isto, é claro, não sem que antes o governo FHC obrigasse a Petrobrás a construir o gasoduto Bolívia-Brasil, que viabiliza a utilização das reservas de gás do Peru, Bolívia e Argentina - pertencentes a multinacionais, entre as quais a Shell e a British Petroleum. Para a sociedade brasileira, o resultado desta política, além dos dissabores do racionamento, síndrome do apagão, aumento das tarifas e recessão, é a herança da chuva ácida - que as termelétricas produzirão.



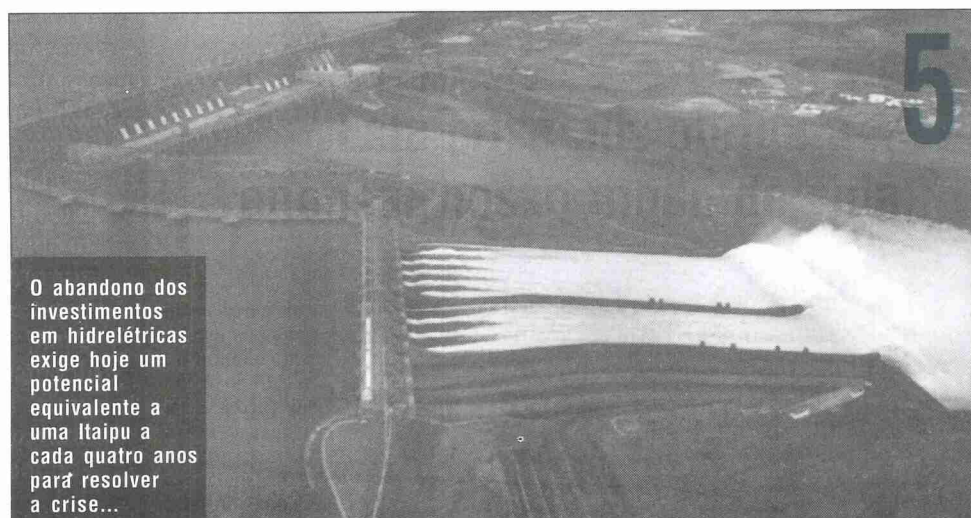
Nessa sucessão de descasos com a soberania do país, FHC se comprometeu com a privatização de setores estratégicos como energia e Saneamento...



A convivência do governo brasileiro com esta política está levando à degradação completa dos recursos naturais do país...



Assim, tenta viabilizar uma nova matriz energética para atender o capital internacional, com a implantação de usinas termelétricas e nucleares...



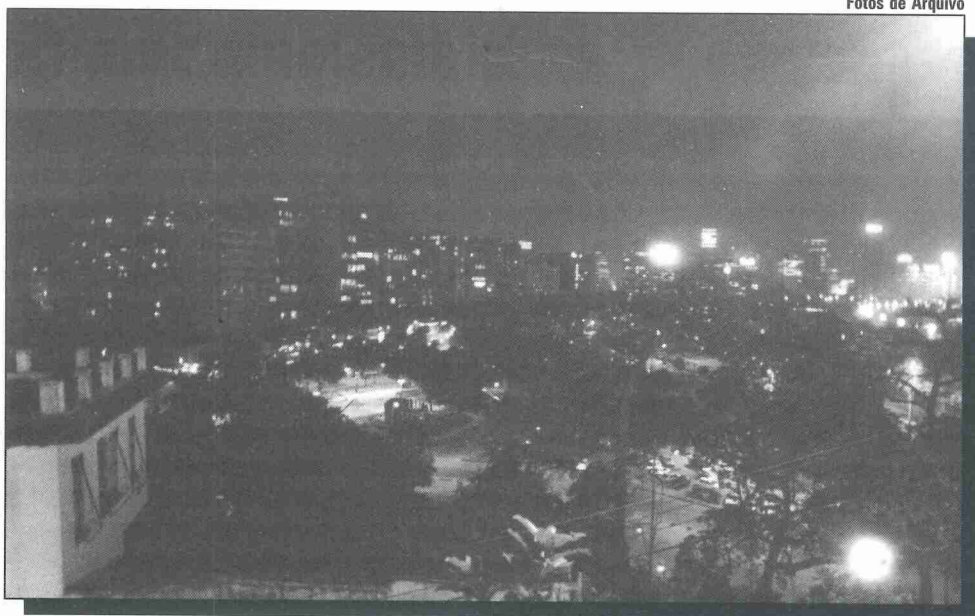
O abandono dos investimentos em hidrelétricas exige hoje um potencial equivalente a uma Itaipu a cada quatro anos para resolver a crise...



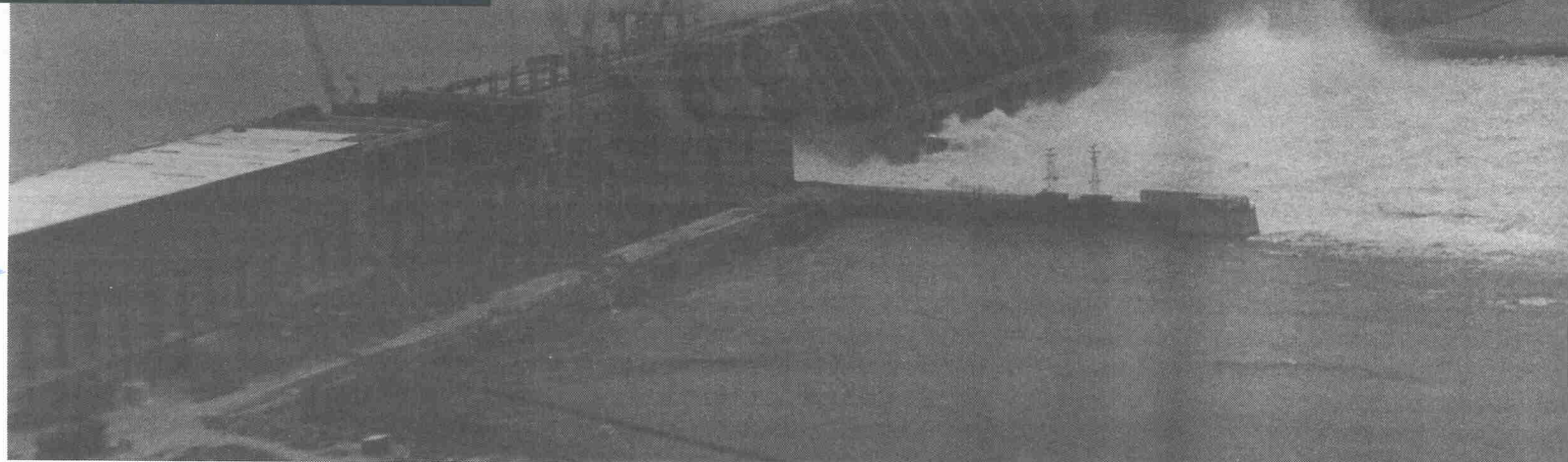
O mais grave é que a crise de energia apenas prenuncia uma outra, muito mais séria, que ameaça as próximas gerações - a crise da água.



Fotos de Arquivo



**Síndrome do apagão: quanto está custando à população um voto errado?**



*A Região Nordeste, embora tenha usinas como Sobradinho, hoje com seus reservatórios em estado crítico, é a mais ameaçada*

# Crise de energia ou crise ambiental

## Como admitir apagões onde sobra potencial hidrelétrico: o que há por

O Brasil possui uma das maiores reservas de água doce do mundo - 12% de todo líquido disponível para o consumo humano no Planeta. Este potencial hídrico permitiu ao país desenvolver um sistema energético totalmente estruturado nele. O resultado é que, hoje, cerca de 95% de toda a energia produzida no país vêm de hidrelétricas. Rios de planalto, que traçam trajetórias suaves em direção ao mar, ajudaram na concepção deste sistema, construído a partir da década de 50 pelas empresas regionais e estaduais controladas ou associadas à Eletrobrás. Na verdade, um sistema geograficamente ideal para o país, que gera uma energia de custo barato, não poluente, apesar do impacto ambiental inicial provocado pela construção das hidrelétricas.

Para construir este sistema, a Eletrobrás desenvolveu tecnologia, fez es-

tudos sobre os índices pluviométricos de cada região do país, de forma a criar um sistema interligado e coordenado, onde uma região pudesse suprir a outra em caso de escassez de chuvas.

Água em abundância, um relevo favorável e tecnologia - ingredientes mais do que suficientes para garantir a auto-suficiência energética do país. Então, por que a atual crise que, em suas diversas variáveis, vêm infernizando a vida do brasileiro?

Podemos começar respondendo que o governo FHC, seguindo orientação do FMI, proibiu as estatais do setor de investir na construção de linhas de transmissão e na geração de energia. Logo, houve aumento do consumo e a oferta se manteve estagnada.

Podemos dizer também que o governo resolveu mudar a matriz energética brasileira - substituindo as hidrelétricas pelas termelétricas, seguindo orientação

da Consultoria inglesa Coopers & Lybrand. E como o custo da energia produzida pela termelétrica é bem mais caro, a equipe de FHC forçou uma crise, reduzindo os investimentos, para "matar dois coelhos de uma só cajadada": viabilizar as termelétricas e enfraquecer a Eletrobrás, de forma a facilitar a sua privatização.

Por sua vez, a equipe de FHC diz que "a culpa é de São Pedro". Estamos vivendo uma grande seca. Por isso, os reservatórios do Sudeste e do Nordeste estão com níveis baixos e as hidrelétricas com dificuldades de gerar energia.

O estranho é que nenhuma dessas colocações contempla a variável ambiental. Há indiferença, descaso, talvez, falta de informação com relação à questão, que é ignorada pelo governo, técnicos e meios acadêmicos, de forma geral. Todos insistem em discutir as vári-

as crises que atingem o país, inclusive a energética, como se cada uma delas fosse uma questão à parte da problemática ambiental.

O Brasil de FHC até admite a existência de uma crise ambiental, mas é como se ela não tivesse nada a ver com a econômica e a social. Esquece o nosso presidente sociólogo que a economia e as atividades sociais se exercem nos meios físicos (solo, água e ar) e biótico (seres vivos). Traduzindo: no meio ambiente.

Logo, a origem da crise energética, assim como de dezenas de outras que assolam o nosso país, tem como fundo a problemática ambiental. E o mais triste, o racionamento de energia elétrica prenuncia uma grande crise econômica, que traz como consequência imediata a desestruturação da economia do país - interferindo diretamente no aumento das tarifas públicas, na geração



## Crise tem origens ambientais...

**E**nquanto os meios de comunicação batem na tecla de que há risco de “apagões” no Nordeste e no Sudeste, porque São Pedro fechou as torneiras, pouco ou nada se fala sobre a falta de proteção dos recursos hídricos do país.

O diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico de Energia Elétrica - Ilumina - que congrega especialistas na ativa e aposentados do Setor Elétrico e da Universidade, Olavo Cabral Ramos filho, reconhece a necessidade de implantação de um programa de proteção e reflorestamento das nascentes e rios que alimentam as hidrelétricas: “Não tenho informações quantitativas do que Furnas ou qualquer outra empresa do setor está investindo hoje na proteção desses mananciais. Com certeza, há cerca de 10 anos, não o faziam com a intensidade desejada.”

Olavo Cabral explicou, no entanto, que seria simples demais afirmar que apenas os fatores ambientais são os responsáveis por esta crise, embora reconheça a necessidade urgente de investimentos maciços em reflorestamento nas nascentes dos rios Paranaíba e Tocantins, onde o Sistema Furnas também construiu e opera hidrelétricas de grande porte. Aliás, explicou, apesar do país ter capacidade e tecnologia para construir novas hidrelétricas aproveitando esses rios, nada se faz nesse sentido. Para Olavo, é preciso reflorestar também as nascentes do rio Grande - que nasce na Serra de Mantiqueira, em MG, onde Furnas tem uma cascata de cinco hidrelétricas em funcionamento, que abastecem parte das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste:

“Há pelo menos cinco anos, os gráficos demonstram que o nível dos reservatórios está baixando e o consumo aumentando. Agora, o planejamento de nosso sistema elétrico foi feito pela Eletrobrás considerando a estiagem de 1952/53 - a pior da história brasileira. Logo, a alegação do governo de que foi pego de surpresa é falsa. Efetivamente, houve abandono do planejamento, como atividade permanente e necessária, falta de controle e de investimentos”.

Olavo Cabral afirmou que a falta de investimentos na geração e transmissão é algo que pode ser comprovado sem esforço, pois, apesar de termos um sistema interligado, no Sul temos energia sobrando, enquanto no Sudeste e no Nordeste, estamos sofrendo com o racionamento e o risco de “apagões”. O Brasil é um país de dimensões continentais, com índices pluviométricos que variam de região para região: no Sudeste, chove no verão; no Sul, chove no inverno; no Nordeste, chove de vez em quando; e no Norte, chove quase sempre. Para compensar essa variação pluviométrica, o sistema elétrico foi concebido de forma integrada e coordenada, através de linhas de transmissão, na base da cooperação entre as regiões. Ou seja, a Eletrobrás construiu o sistema para que, quando faltasse energia em uma região, a outra pudesse supri-la. A grande questão é que o consumo aumentou nos últimos anos e o governo FHC proibiu as estatais do setor de investir na geração de energia e na construção de novas linhas de transmissão: “A verdade é que há anos estamos gastando a água do futuro. Por falta de oferta, para encobrir a falta de investimentos, estamos

gastando, criminosamente, hoje, a energia de amanhã. O nível dos nossos reservatórios nunca esteve tão baixo”.

A mesma opinião tem o Coordenador do Programa de Planejamento Estratégico da Coppe/UFRJ, Maurício Tolmasquim: “Houve falta de planejamento. O governo apostou nas chuvas e se deu mal. No mínimo, foi irresponsável, na medida em que ignorou os riscos e postergou os investimentos”. O técnico explicou que, no final de 1997, o nível do reservatório de Furnas estava em 66%. No final de 1999, baixou para 18% - o que foi considerado um percentual dramático. Em 2000, choveu mais, e o nível subiu para 28%. Hoje, o nível está em 29%.

Ao fazer uma analogia da crise energética com a problemática ambiental, Tolmasquim afirmou que o desperdício é um fator a ser analisado, pois o país perde 16% de toda a energia produzida: “Esta é apenas a diferença entre a energia gerada e a faturada. Não me refiro às perdas por excesso de luzes acesas, má utilização de equipamentos eletro-eletrônicos etc. Existe no país a cultura do desperdício”.

Segundo Tolmasquim, urge uma ação do Poder Público para desenvolver campanhas de conscientização sobre a importância de se economizar energia, considerando, por exemplo, a problemática do lixo: “Devemos implantar a coleta seletiva e reciclar o lixo. Isto é o mínimo a ser feito urgentemente. Desta forma, além de proteger o meio-ambiente, vamos economizar reciclando diversos tipos de materiais, como latas de alumínio, que gastam muita energia em seu processo de produção”.

deverá receber reforço do Norte e Sudeste

# ambiental ?

## atrás da questão?

de empregos e, porquê não afirmar, no êxodo rural e no aumento da violência nos grandes centros urbanos.

E por quê isto ocorre? Falta-nos uma política efetiva de planejamento que considere o fator ambiental. Utilizando como exemplo a crise energética, poderíamos perguntar: Estarão ocorrendo mudanças climáticas localizadas que influenciam na escassez das chuvas e redução dos níveis dos reservatórios? O desmatamento de nossas florestas estará permitindo uma maior evaporação e a redução da quantidade de água, que a cada estação de chuvas se armazena no lençol freático e nos aquíferos? A poluição e o assoreamento de nossos mananciais estarão provocando a redução de suas vazões? De que forma estas questões vão influenciar, mais cedo ou mais tarde, no fornecimento de água para abastecimento público?



A coleta seletiva de lixo reduziria a poluição dos rios e economizaria energia com a reciclagem de materiais



## Próxima crise será de água...

“**A** atual crise energética traz o aspecto positivo de nos fazer refletir sobre a necessidade de o Brasil dar um basta ao desperdício e incorporar definitivamente o componente ambiental no planejamento das suas ações sócio-econômicas, de forma que o conceito de bacia hidrográfica como unidade básica de gestão do território seja considerado”. A advertência é da geógrafa Ana Maria Brandão, do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências/UFRJ, que acredita que esta crise é apenas a primeira de uma série: as próximas serão de abastecimento de água e de alimentos.

“Esta crise nos obriga a repensar nosso modo de vida e a usar mais racionalmente a energia elétrica, a água, o gás, os eletro-eletrônicos, os alimentos etc. É lógico que essa *síndrome do apagão* poderia ter sido evitada com a adoção de planos preventivos. Aliás, uma das recomendações da Rio 92 foi de que cada cidadão, cada cidade, cada estado, cada país começasse a construir suas agendas 21 (compromissos para o século 21) com o meio ambiente, o desenvolvimento sustentável e a proteção do clima. Claro que isto tudo pouco ou nada adiantará, se não houver o compromisso do Poder Público de fazer investimentos em educação, ciência e tecnologia para a redução da pobreza e das desigualdades sociais, para melhoria da qualidade de vida e melhor adequação às mudanças climáticas globais. Pois quanto menos desenvolvimento tecnológico mais dependente estará a sociedade dos fenômenos naturais ou de eventos naturais extremos”.

Ana Maria Brandão afirmou que a rapidez e a intensidade da devastação das florestas do Planeta para dar lugar ao crescimento urbano-industrial, contrapondo-se à lentidão de adoção de políticas de proteção ambiental, são causas de mudanças climáticas globais, regionais e até locais, que trazem, entre outras consequências, o aumento da temperatura e alteração do regime de chuvas.

Aliás, para a geógrafa, parte dos problemas ambientais do país – como esta crise energética - poderia ser evitada, se a questão climática fosse incluída nos planejamentos estatais e empresariais: “Lamentavelmente, o conhecimento da climatologia e, em especial, da climatologia urbana não tem sido incorporado em planos de gestão de nossas cidades. Há necessidade de maior diálogo entre climatologistas e planejadores para o melhor aproveitamento das potencialidades climáticas, como é o caso do melhor uso da luz natural, já que a temos em abundância por nossa condição de país tropical”.

Ao defender a mudança do modelo de desenvolvimento econômico para outro que priorize a problemática ambiental, onde a opção seria pela utilização da energia solar e eólica ao invés das termelétricas, a técnica da UFRJ afirmou que a questão ambiental costumava até recentemente ser tratada de forma isolada do conjunto das questões sócio-econômicas:

“Ações isoladas têm se mostrado pouco eficientes. Precisamos de uma ação conjunta, integrada, onde o cidadão seja considerado a peça fundamental nessa relação sociedade-natureza, pois o meio ambiente constitui um complexo sistema de relações entre os componentes ar, água, planta e solo, incluindo os seres vivos - Uma cadeia a ser preservada. Um dano a uma dessas esferas se reflete na outra, quebrando o equilíbrio e podendo se refletir na qualidade de vida de todos nós. O histórico de destruição crescente de nossas matas não pode continuar. A impressão que temos é de que, sendo o nosso país de dimensões continentais, nossos recursos naturais - clima, florestas, água, minérios - são infinitos, inesgotáveis. Isto não é verdade, e nós vamos acabar descobrindo mais cedo do que se imagina!”, concluiu.

No caso da crise energética brasileira, ela admitiu que há uma relação entre o desmatamento das cabeceiras e das margens dos rios e a redução do nível dos reservatórios, principalmente, das Regiões Sudeste e Nordeste:

“Precisamos conscientizar a todos que a água, o ar, a vegetação e o solo representam peças importantes de qualquer

ecossistema. Para a manutenção do equilíbrio ecológico, as nascentes e as margens dos rios precisam ser protegidas com uma cobertura vegetal adequada que, além de fixar o solo, permite um balanço hídrico equilibrado entre as taxas de evapotranspiração e de escoamento superficial e infiltração para abastecimento dos aquíferos (água subterrânea)”- explicou.

A geógrafa defendeu a necessidade de acabarmos com o desperdício dos nossos recursos naturais. A água potável cujo custo é elevado é um exemplo: “A água que está sendo desperdiçada hoje pode se tornar bastante escassa no futuro próximo. O que significaria se cada um de nós, no país, economizássemos um litro de água por dia? É o momento de tirarmos uma lição da crise energética e atentarmos todos (governados e governantes) para o aproveitamento racional dos recursos que contribuirão para evitar ou minimizar os efeitos danosos dessa e de outras crises para nossa economia”.

Segundo Ana Maria Brandão, além do desmatamento, temos o problema do lixo de forma geral, dejetos químicos e humanos, que, se continuarem sendo lançados sem tratamento, comprometerão seriamente nossas fontes de abastecimento doméstico:

“E o triste é que pouco aprendemos com as lições do passado. No século XIX, o Rio de Janeiro viveu uma crise de abastecimento de água com o desmatamento da Floresta do Maciço da Tijuca – que prejudicou as nascentes dos rios daquele ecossistema, como o rio Carioca - principal fonte de abastecimento da cidade, que crescia em ritmo acelerado.

Basta lembrar que, no final do século XIX (1890), a população do Rio de Janeiro alcançava cerca de 500 mil habitantes, contra os 6 milhões atuais, para se ter uma idéia das pressões atuais sobre os recursos ambientais”.

Na ocasião, explicou a técnica, o Maciço da Tijuca foi reflorestado, mas o rio Carioca nunca mais foi pensado como fonte de água potável para abastecimento:

“Aliás, ele se tornou repositório de esgotos. É claro, o Poder Público procurou novas fontes para abastecer a cidade e hoje temos no rio Paraíba do Sul a principal delas. E o que fazemos com o Paraíba? Nada diferente do que fizemos com o Carioca. O Paraíba recebe esgotos e dejetos industriais há dezenas de anos. Suas margens estão desmatadas e sofrem com a ocupação desordenada. Daqui a pouco, não vamos ter água para beber no Rio de Janeiro, pelo menos com qualidade adequada. E aí, como vai ser? Só tomaremos alguma atitude positiva, como melhor planejar o uso da água e pararmos de poluir nossos corpos líquidos, quando a crise se tornar irreversível?” – indagou a técnica. A nossa maior metrópole – S. Paulo já convive com a crise da água, lembra.

Ao finalizar, a geógrafa afirmou que é o momento de pensarmos qual o mundo que queremos para os nossos filhos, para as futuras gerações: “É urgente uma mudança em nosso estilo de vida, em nossos hábitos, nossos costumes para que nos adaptemos aos novos tempos, onde os desperdícios devem ser abolidos de nossas vidas. Esta é aliás uma atitude de cidadão consciente”.

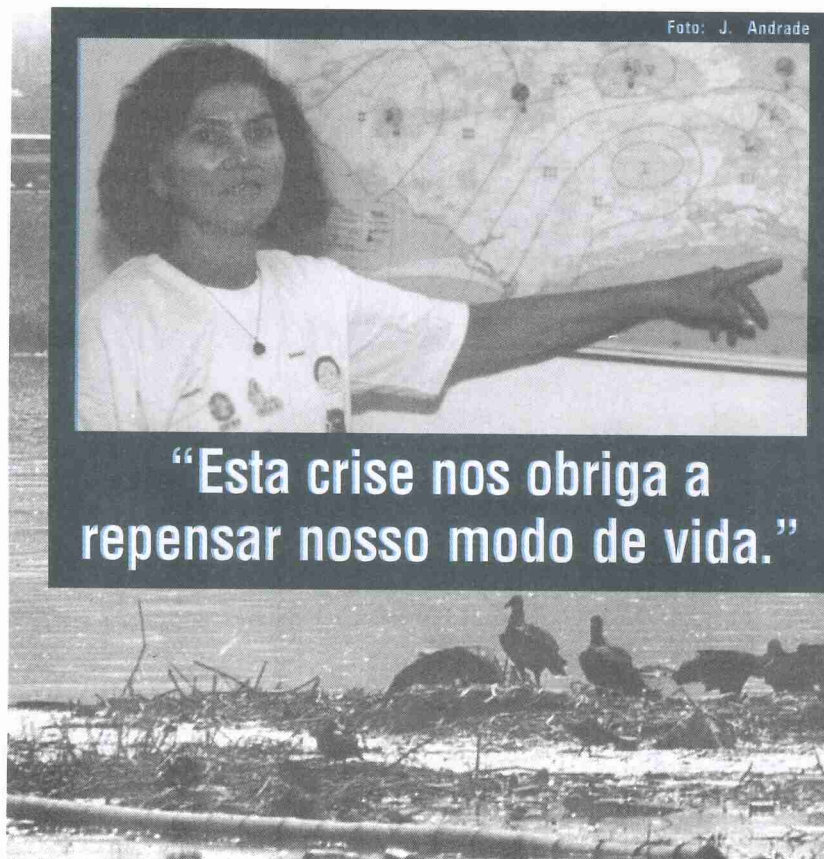


Foto: J. Andrade

São Paulo, a maior cidade da América Latina, já sofre com racionamento devido a poluição de seus rios, como é o caso do Tietê



## ...Guandu caminha para intratabilidade

**I**gnorar o componente ambiental no planejamento urbano traz o caos, a desestruturação. Um exemplo é a megacidade do Rio de Janeiro – que ao leste entra por Niterói e São Gonçalo e a oeste invade diversos municípios da Baixada Fluminense – que mesmo ainda sem ter consciência – agoniza com sérios riscos de, em menos de 20 anos, não ter água potável para abastecer a sua população de mais de 10 milhões de pessoas.

Hoje, o problema é de falta de energia, amanhã certamente vai se tornar muito mais sério, pois as próximas gerações poderão ficar sem água potável para beber, já que a natureza – a maior estação de tratamento do mundo – está se tornando ineficiente para recuperar a água dos rios. Este é o caso, por exemplo, dos rios Paraíba do Sul e Guandu, no Rio de Janeiro, “que a cada dia se tornam mais degradados e poluídos”, alerta o diretor de Operações e Manutenção da CEDAE, Flávio Guedes.

Dono de uma visão pessimista com relação ao futuro, o diretor da CEDAE denunciou que os diversos dejetos jogados no Paraíba do Sul e no Guandu estão comprometendo a sobrevivência de diversas cidades, principalmente as da Região Metropolitana do Estado – que inclui a capital e a Baixada Fluminense – que tem o Paraíba como principal fonte de abastecimento. Em curto prazo, a CEDAE terá sérios problemas para garantir que a Estação de Tratamento do Guandu – a maior do mundo – cumpra a sua finalidade:

“O rio Guandu, responsável pelo abastecimento de 80% da população da Região Metropolitana, encontra-se quase em situação de intratabilidade. E não adianta a Agên-

cia Nacional das Águas (ANA) cobrar mais de quem polui mais; ela tem é que exigir um grau zero de rejeitos, nas novas e antigas indústrias situadas às margens do Paraíba do Sul. São Paulo, por exemplo, vive um racionamento constante e não é por falta de água, mas sim porque as fontes mais próximas da capital, como o Tietê, estão completamente contaminadas”, alerta o técnico.

Segundo Flávio Guedes, a degradação da bacia hidrográfica do Paraíba cresce em velocidade exponencial e os problemas a cada dia se tornam mais complexos. Resultado do desmatamento, uso descontrolado de agrotóxicos – que são carregados para o rio – ocupação desordenada, retirada ilegal de areia, despejo de lixo, resíduos industriais e orgânicos e tantas outras questões estão levando o tratamento da água do Paraíba a um custo absurdo e, o que é pior, à intratabilidade.

O diretor da CEDAE considerou que a atual crise energética pode ter o efeito positivo de fazer com que a sociedade reflita sobre a questão ambiental. E, portanto, pare de desperdiçar os recursos naturais e de produzir tanto lixo: “É mais do que hora de nos preocuparmos em preservar a água, pois, do contrário, assim como a energia, ela há de faltar, num futuro bem próximo”, adverte.

Ao comentar a crise energética, o diretor da CEDAE garantiu que a problemática em uma região com as características de relevo acidentado como o do Rio de Janeiro – que impõe o uso de elevatórias para viabilizar a distribuição de água – assume proporções mais sérias do que em outros estados: Logo, se houver apagão, a CEDAE não tem como garantir o abastecimento da

população, informa Flávio Guedes.

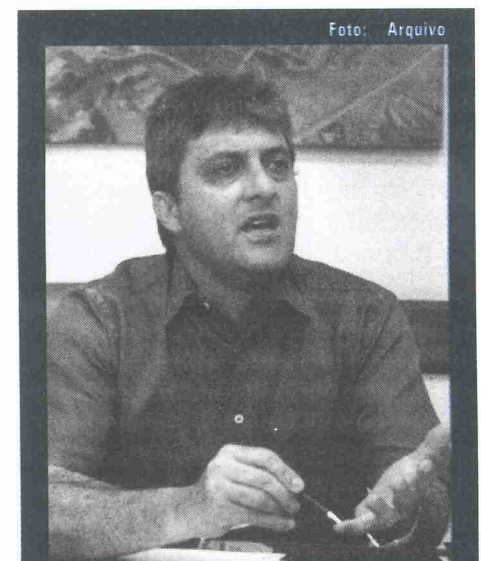
Ele informou que a Empresa trabalha com 500 elevatórias (conjunto de bombas elétricas) de grande, médio e pequeno portes, além de outras 200 elevatórias de esgoto. Isto sem falar que qualquer prédio com mais de três andares precisa de bomba para recalcar a água até as caixas. Em outras palavras, em caso de uma paralisação do Sistema Guandu por duas horas, a normalização completa levaria, no mínimo, 24 horas, sem falar nos danos que as tubulações poderiam sofrer, como eventuais rompimentos, devido à oscilação da pressão.

Outra questão que precisa ser encarada de frente é a do desperdício. A CEDAE produz diariamente 5 bilhões de litros de água. E o mais grave – afirma Flávio Guedes – é que cerca de metade dessa produção é jogada fora por desperdício. “Precisamos nos conscientizar da necessidade de economizar água, em nosso próprio benefício e das gerações futuras”.

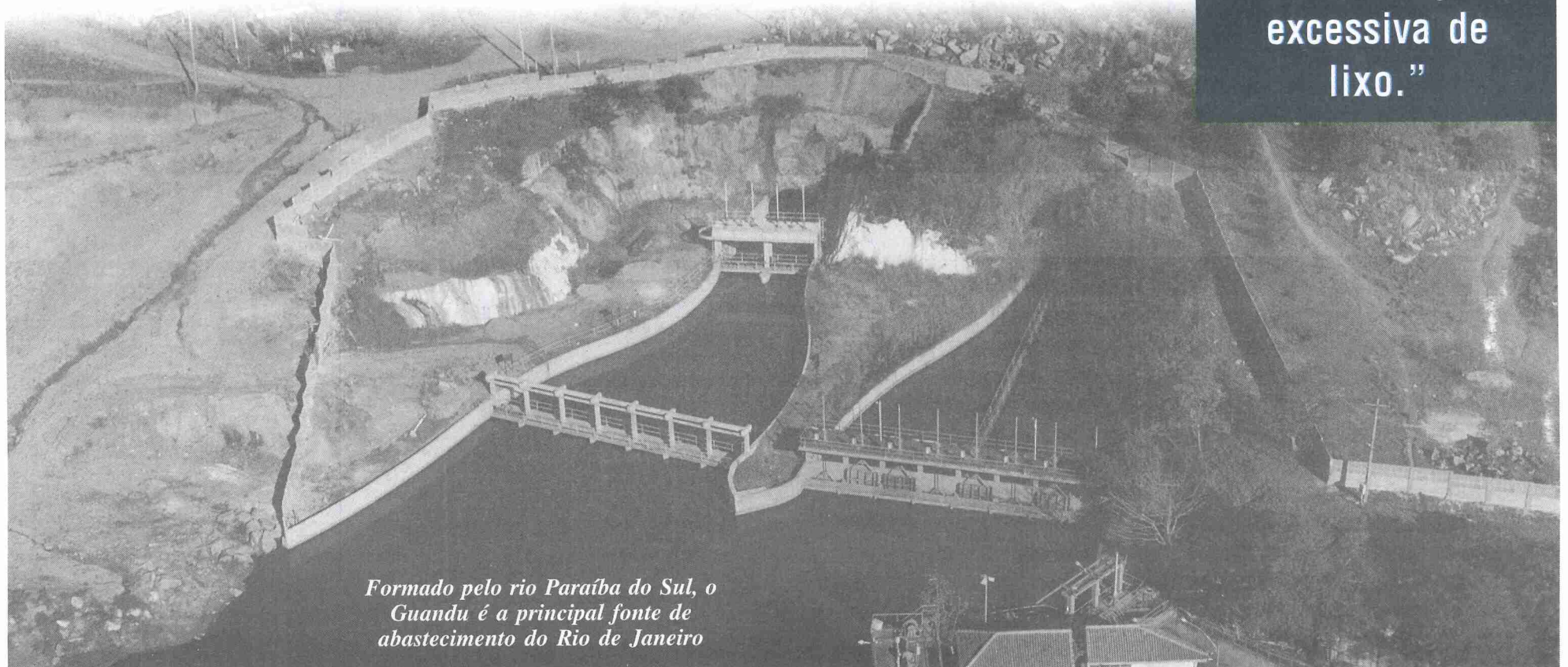
### DOENÇA DESCONHECIDA

O diretor da CEDAE admitiu que o governo do Estado e a companhia de abastecimento ainda não conseguiram identificar a doença que vitimou diversas pessoas na Baixada Fluminense. Ele garante que a origem não tem ligação com a água tratada pela CEDAE, mas, mesmo assim, foram recolhidas amostras próximas ao rio Quebra-Coco – que desagua no Guandu – e enviadas a um instituto de pesquisa em Atlanta, nos Estados Unidos, inclusive de sangue humano e de animais encontrados no local. No momento, o Estado aguarda os resultados da pesquisa para descobrir a origem da doença misteriosa.

Segundo Flávio Guedes, houve algumas mortes em Japeri e Queimados de pessoas que se serviam de água de poço e, portanto, não dispunham de rede de abastecimento. Próximo ao rio Quebra-Coco, local onde dois homens morreram por causa da doença desconhecida, havia um “lixão” e um cemitério, e as duas vítimas tinham contato com a água do rio. Tão logo tomou conhecimento do problema, a CEDAE entrou em ação e instalou, em 15 dias, uma rede para abastecer a comunidade afetada – disse o diretor da Companhia. Segundo ele, provavelmente os dois homens foram vítimas de alguma bactéria transmitida pelos ratos, que habitam o “lixão” em quantidade.



**“Temos de conter o desperdício e a produção excessiva de lixo.”**



*Formado pelo rio Paraíba do Sul, o Guandu é a principal fonte de abastecimento do Rio de Janeiro*



**... Paraíba do Sul: um rio no curso da morte.**

O grau de dependência que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro tem em relação à bacia hidrográfica rio Paraíba do Sul confere características estratégicas àquela fonte de água. Daí a reação dos sanitaristas quando o governo federal decidiu privatizar a Light, entregando as usinas localizadas naquela bacia, até então sob controle do Estado, à estatal francesa EDF.

Na verdade, os dois sistemas funcionam de maneira interligada, pois a mesma água que gera energia nas hidrelétricas Nilo Peçanha, Fontes e Pereira Passos é utilizada também para abastecer cerca de 10 milhões de pessoas com água potável - 80% da população da capital e das cidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Assim, a produção de água tratada e de energia elétrica para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro é feita através de um sistema integrado, que faz da Cedae e da Light os dois maiores usuários da Bacia do rio Paraíba do Sul. Nesse sistema, 160m<sup>3</sup>/seg. das águas do rio são desviados pela Usina Elevatória de Santa Cecília, para o Reservatório de Santana, no rio Pirai, e, posteriormente, através de novo bombeamento, na Usina Elevatória de Vigário, para o reservatório de Vigário. Deste último, após já terem ultrapassado a Serra do Mar, as águas descem através de condutos, por gravidade, em direção à Baía de Sepetiba, indo alimentar as três hidrelétricas (Nilo Peçanha, Fontes e Pereira Passos) e a tomada de água da Estação de Tratamento de Água do Guandu, além de algumas indústrias e culturas agrícolas locais.

A água para o abastecimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro chega às tornei-

Foto de Arquivo



**“De um lado, indústrias sem qualquer controle despejam resíduos tóxicos. Do outro, a falta de Saneamento completa a contaminação do rio Paraíba do Sul.”**

ras da população, através da transposição da Serra do Mar pelo rio Paraíba do Sul que, após a geração de energia elétrica, dá origem ao rio Guandu. Este, por sua vez, forma uma sub-bacia que recebe contribuições dos rios que margeiam a Baixada Fluminense. A formação deste rio artificial foi uma obra de engenharia marcante e proporcionou a instalação de uma tomada d'água que, hoje, está edificada para retirar do rio Guandu uma vazão de até 80m<sup>3</sup>/segundo.

Apesar da importância do Paraíba do Sul, a preservação e a despoluição de sua bacia não têm recebido a prioridade necessária por parte do Poder Público estadual. O rio se encontra assoreado, poluído e, embora o assunto seja debatido há anos, pouco se fez efetivamente para garantir a longo prazo a sua sobrevivência. E como recebe águas do Paraíba, a sub-bacia do rio Guandu se encontra também bastante poluída, o que pode trazer consequências drásticas ao abastecimento da Região Metropolitana do Estado nos próximos anos.

A Bacia do Paraíba ocupa uma área de 57 mil Km<sup>2</sup>, divididos entre os estados de São Paulo (13.500 Km<sup>2</sup>), Minas Gerais (20.900 Km<sup>2</sup>) e Rio de Janeiro (22.600 Km<sup>2</sup>), com uma população residente da ordem de 4.825 mil pessoas. Somente no Estado do Rio de Janeiro, residem na Bacia 2.125 mil pessoas, sendo que os municípios que compõem a área de abastecimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro não pertencem à Bacia do rio Paraíba do Sul, pois estão na outra vertente da Serra do Mar.

O rio Paraíba do Sul nasce no início do rio Piraitinga, na Serra da Bocaina (MG), e tem mais de 1.100 Km de comprimento.

<input type="checkbox"/>	mudou-se
<input type="checkbox"/>	recusado
<input type="checkbox"/>	desconhecido
<input type="checkbox"/>	endereço insuficiente
<input type="checkbox"/>	não existe nº indicado
<input type="checkbox"/>	falecido
<input type="checkbox"/>	ausente
<input type="checkbox"/>	não procurado
Reintegrado ao serviço postal	
Em <input type="checkbox"/>	
Em <input type="checkbox"/>	
Carteiro	

